

Jornalismo Feminista Brasileiro: Um Contraste Entre 1970 e Os Dias Atuais¹

Juliana da Costa SANTOS²
Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE

RESUMO

Tendo em vista a importância do debate acerca mulheres e mídia, o presente trabalho propõe-se a estudar o jornalismo feminista como estratégia de ação política para questões de gênero, analisando a comunicação alternativa como um espaço de resistência e construção de um discurso contra hegemônico. Para isso, exploraremos o chamado jornalismo feminista da década de 1970 e da atualidade, a fim de entender o crescimento do movimento feminista e desse tipo de mídia alternativa. Entre o *Nós, Mulheres* e a *Revista AzMina* (veículos jornalísticos analisados), destaca-se a imprescindibilidade da existência de uma mídia plural — de todas e por todas —, que contraste com a mídia corporativa. Entre esses veículos, também se evidencia a continuidade nas pautas feministas delineadas por esse tipo de jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: estudos de gênero; feminismo; jornalismo feminista ; representação social.

Introdução

O movimento feminista, desde cedo em sua luta, identificou o papel dos meios de comunicação na produção de estereótipos de gênero a partir de padrões opressores, construídos através do discurso dominante propagado pelos veículos da mídia, que prejudicavam a maneira das mulheres enxergarem a si próprias.

Tal inquietude foi refletida na *IV Conferência Mundial das Mulheres*³, realizada em Pequim, em 1995, que lançou um roteiro com doze pontos para o avanço da igualdade e do empoderamento feminino no mundo. Entre eles, encontra-se *Mulheres e a mídia*, que evoca a importância de estimular a capacitação em questões de gênero e comunicação para os profissionais midiáticos, visto que

a mídia seria, sob essa perspectiva, um espaço de reprodução da desigualdade construída entre homens e mulheres, que inferioriza as mulheres, de diferentes maneiras e em diferentes escalas, modelando a maneira como são vistas e tratadas no mundo público e em suas casas; um meio privilegiado de

¹ Trabalho apresentado na IJ 1 – Jornalismo do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 5 a 7 de julho de 2018.

² Estudante de Graduação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), artigo realizado para a disciplina de Método de Pesquisa em Comunicação 2, sob orientação da profa. Dra. Cristina Teixeira; e-mail: julianacosta19@live.com.

³ ONU Mulheres: Pequim+20. Disponível em: < <http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

transmissão do modelo hierarquizado do que é feminino e masculino no interior das relações sociais, colaborando para a naturalização de posições e de determinações que são frutos de construção social, cultural e histórica (MANO, 2012, p.04).

A preocupação se torna latente na medida em que se tenta motivar a difusão de mensagens não discriminatórias, levando os grupos feministas no Brasil, durante a chamada "segunda onda" do feminismo, a perceber uma necessidade cada vez maior de criar um discurso próprio. Seria a partir deste discurso que poder-se-ia, então, levantar a voz, promover mudanças e realizar questionamentos de acordo com os interesses femininos, legitimando um movimento social que ampliava e requalificava as condições do espaço democrático.

A crítica ao modo como as mulheres são representadas nos meios de comunicação tradicionais acompanhou o crescimento do movimento, que começou a contar com uma reapropriação da mídia e a criação de meios de comunicação alternativos, que dão voz e representatividade às mulheres. Tais meios — como é o caso do jornalismo feminista, em pauta neste trabalho — buscam mudar o olhar sobre a figura da mulher nas mídias e suprir a ausência de fala feminina, que leva ao empobrecimento de discussões sobre assuntos relacionados a mulheres nas mídias tradicionais.

Com isso, a proposta do presente trabalho é trabalhar com o conceito de gênero atrelado aos estudos da comunicação, visando compreender o uso do jornalismo feminista como estratégia de ação política e demarcando as orientações editoriais que permeiam o discurso da mídia alternativa.

A fim de entender a evolução tanto do movimento feminista como desse tipo de jornalismo, é feita uma comparação entre um jornal feminista da década de 1970 (momento no qual esse tipo de jornalismo começou a nascer), o *Nós, Mulheres* (publicado pela Associação de Mulheres, no período de 1976 a 1978), e um veículo feminista atual, a revista eletrônica *AzMina* (existente desde agosto de 2015). Ambos os veículos analisados são autodeclarados feministas.

Metodologia

As publicações utilizadas no presente trabalho foram o jornal *Nós, Mulheres*, publicado entre 1976 e 1978, e a revista online gratuita *AzMina* (ou *Associação AzMina de Jornalismo Investigativo, Cultura e Empoderamento Feminino*), ambos brasileiros e autodeclarados veículos feministas. O acesso às edições completas do *Nós, Mulheres* se

deu através do site da Fundação Carlos Chagas⁴, no qual o jornal se encontra digitalizado; enquanto as matérias da *AzMina* foram selecionadas do próprio site da revista⁵.

A intenção inicial do trabalho incluía analisar todas as oito edições do jornal *Nós, Mulheres*, mas o *corpus* se mostrou muito grande para o tempo do projeto e, com isso, decidiu-se estudar apenas metade das edições: a primeira, a última e duas entre essas. As duas do miolo foram escolhidas aleatoriamente⁶, através de sorteio, e as edições finais para análise são a edição 01, edição 02, edição 05 e edição 08.

Para equiparar o número de edições do *Nós, Mulheres*, foram selecionadas oito matérias da revista eletrônica *AzMina*. O critério de seleção utilizado foi apontar as notícias mais compartilhadas de cada editoria do site. As oito editorias cujas matérias seriam analisadas foram selecionadas a partir do maior número de matérias. No total, o site possui 18 seções fixas⁷, tendo sido analisadas apenas as editoriais *Biscativismo*, *Descomportadas*, *Direito D'azmina*, *Fôlego*, *Mãezinha uma vírgula*, *Minas que honram o rolê*, *Molhadinha* e *Divã D'azmina*.

Para critério de análise, optou-se por utilizar o método da análise de conteúdo em jornalismo, que se propõe a observar uma grande quantidade de informações na pesquisa jornalística, notando quais são os critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamentos. Segundo Herscovitz, "a análise de conteúdo da mídia, por fim, nos ajuda a entender um pouco mais sobre quem produz e quem recebe a notícia e também a estabelecer alguns parâmetros culturais implícitos e a lógica organizacional por trás das mensagens⁸). Ainda de acordo com Herscovitz (2007), identificação sistemática de tendências e representações é originada de uma análise tanto quantitativa (frequência do conteúdo manifesto) quanto qualitativa (avaliação do conteúdo a partir do contexto e do sentido dos textos). No presente trabalho, deu-se prioridade a análise qualitativa.

Os conceitos utilizados para avaliar os veículos comunicacionais foram extraídos do universo feminista do dicionário de gênero e serão explicados na medida em que forem analisados.

⁴ <http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/nosmulheres/>

⁵ <http://azmina.com.br/>

⁶ De acordo com Herscovitz, com uma amostragem aleatória sistemática, todos os objetos terão a mesma chance de entrar na amostra a ser analisada "sem interferência da ação pessoal e particular do pesquisador, portanto, livre de preconceitos conscientes ou inconscientes" (2007, p.129).

⁷ Convém pontuar que o site no qual se encontra hospedada a *Revista AzMina* foi consultado, para fins desta pesquisa, no mês de outubro de 2016. Devido a efemeridade do meio *online*, é possível que seções tenham sido alteradas, substituídas, excluídas ou acrescentadas após o término da pesquisa.

⁸ HERSCOVITZ, 2007, p.124.

Jornalismo feminista e suas caracterizações

Nos limites deste texto, busca-se apresentar alguns elementos que caracterizam a produção jornalística de dois jornais feministas, projetando assim algumas especificidades e aproximações no uso da mídia como mecanismo de ação política para o movimento feminista.

Representação feminina

A mulher se posiciona como protagonista nos suplementos *Nós, Mulheres* e *AzMina*. O primeiro critério a se notar é a composição de suas equipes: o jornal tem apenas dois homens entre os colaboradores, que totalizam 17 pessoas. A revista não fica atrás: dos 19 membros de sua equipe, há apenas um homem, o designer, além de ter, como parte da equipe, mulheres brancas, negras, índias, magras e gordas.

O *Nós, Mulheres*, bem como a revista *AzMina*, justificam a criação de um veículo que abordasse temas predominantemente femininos pela falta de representação na grande mídia. Seu maior objetivo, portanto, é dar voz e visibilidade às mulheres e suas pautas. A *Revista AzMina* afirma, em seu editorial, que “pretende mudar a comunicação jornalística e publicitária no que se refere a discurso de gênero e representatividade”⁹, enquanto o *Nós, Mulheres* completa: “NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções”¹⁰.

A representatividade também é levada como um fator xequê no discurso dos dois veículos: *AzMina* deixa claro em seu editorial (ou seção “Quem somos”) que “a equipe foi costurada tendo a diversidade como maior critério.”¹¹. Já o *Nós, Mulheres* apresenta, em sua capa de primeira edição, mulheres de diversos tipos (donas de casa, modelos, índias, negras, brancas) e os dizeres “Valoriza a mulher”, na intenção de mostrar que o jornal é feito para todas.

Com foco, primeiramente, no *Nós, Mulheres*, é possível perceber, a partir do seu nome (*Nós, Mulheres*) e da primeira capa (*Quem somos?*), que o jornal deseja incluir-se

⁹ Quem somos. *Revista AzMina*, 2016. Disponível em: <<http://azmina.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

¹⁰ Editorial. *Nós, Mulheres*, São Paulo, p. 01, jun. 1976.

¹¹ Quem somos. *Revista AzMina*, 2016. Disponível em: <<http://azmina.com.br/quem-somos/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

entre as mulheres, não fazendo diferenciação entre quem o escreve e quem o lê. É exemplo o discurso adotado em seu primeiro editorial: “Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. [...] NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres”¹². O jornal se utiliza do próprio nome de forma ambígua, utilizando-o no meio do texto, mas de forma a lhe dar destaque (utilização da caixa alta) para criar uma conexão entre ele e as mulheres, produzindo um discurso acolhedor, clamando entender as dificuldades pelas quais as leitoras passam ao se incluir como vítima dessas mesmas dificuldades.

Tanto o *Nós, Mulheres* como a *AzMina* procuram trazer como fontes de suas reportagens personagens femininos. A maioria das reportagens veiculadas sempre utiliza pelo menos uma mulher como fonte, dando sua opinião sobre o tema e contribuindo para a discussão. Tal visibilidade é importante a partir do momento que, na mídia *mainstream*, normalmente são homens os consultados.

Trabalho

Ao abordar as diferentes profissões que a mulher pode vir a ter, ambos os veículos destacam a majoritariedade de homens na mesma posição. No caso do *Nós, Mulheres*, essa crítica é mais profunda pelo fato de as mulheres terem entrado no mercado de trabalho apenas na década de 1970. No contexto histórico da época, o trabalho da mulher fora de casa ainda era visto com preconceito por parte da sociedade.

Na *AzMina*, com o contexto atual em que as mulheres já se inseriram no mercado de trabalho, mas lutam por visibilidade, igualdade e pelo fim da discriminação, o viés da revista procura visibilizar mulheres que se destacam em suas profissões, como uma maneira de apontar os rostos femininos em cada área. É o caso da matéria destaque da seção *Minas que honram o rolê*. "Tatue com uma mulher — e ajude a combater o machismo em mais uma área" conta com relatos de sexismo por parte das tatuadoras (das treze entrevistadas pela revista, apenas uma afirmou nunca ter passado por situações que envolvessem o preconceito). O texto é finalizado com uma lista colaborativa de tatuadoras de todas as cidades do Brasil.

Ambos os veículos tocam no tema do trabalho doméstico e da dupla jornada de trabalho feminina, pauta que não deixou de ser necessária. O *Nós, Mulheres* a traz em

¹² Editorial. *Nós, Mulheres*, São Paulo, p. 01, jun. 1976.

vários tons diferentes: crítica a invisibilidade desse tipo de trabalho, por exemplo, através da tirinha *Bia Sabiá*, presente na primeira edição do jornal e ilustrada por Ciça Pinto. Nela, uma sabiá fêmea e o marido, um sabiá macho, chegam em casa na mesma hora, ambos clamando cansaço, e, enquanto ele deita e relaxa, ela atende às suas demandas. Por fim, o marido reclama de sua demora para lavar a louça e lê no jornal sobre o movimento feminista, ao que opina: “as mulheres tão com tudo, são umas folgadas” e “o que mais vocês querem da vida?”.

A discussão sobre o privilégio masculino de ter quem faça o trabalho doméstico também se faz presente no texto, também da primeira edição, “Procura-se uma esposa”, que, em formato de crônica, exclama “MEUS DEUS, quem não gostaria de ter uma esposa?”¹³. A ilustração que acompanha o título do texto retrata mulheres como donas de casa, com ferro de passar roupa, vassoura e rolo culinário. Cada uma tem uma coleira e estão dispostas de modo a lembrar produtos em estantes nas lojas, todas iguais. O assunto da dupla jornada acaba se inter-relacionando com a necessidade de creches, outro tema que as edições analisadas do jornal dão destaque.

Direitos

Tanto o *Nós, Mulheres* como o *AzMina* possuem uma editoria para tratar exclusivamente do direito das mulheres (*Trabalho, trabalho, trabalho e Direito d’AzMina*, respectivamente). Ambos os veículos procuram, em seus textos, trazer os termos jurídicos para um linguajar mais popular, de forma a tornar mais fácil que o público feminino entenda seus direitos e reivindique-os.

O *Nós, Mulheres* tende a focar mais em direitos trabalhistas, visto que a inserção das mulheres no mercado de trabalho era recente. Logo, as trabalhadoras por muitas vezes não tinham consciência dos seus direitos e acabavam demitidas por motivos injustos, como casamento e gravidez.

Já o *AzMina* destaca o direito em questão de violência e o corpo da mulher. A notícia analisada, “Justiça decide que estupro não precisa de contato físico. Entenda o que muda”, procurou esclarecer às leitoras as mudanças numa lei sobre estupro. A matéria tem como gancho o caso de uma menina de 10 anos que foi levada a um motel e forçada a tirar a roupa na frente de um homem. O caso foi avaliado pelo Superior

¹³ Procura-se uma esposa. *Nós, Mulheres*, São Paulo, edição 1, p. 04, jun. 1976

Tribunal de Justiça, que decidiu, por unanimidade, não haver necessidade de contato físico para configurar o crime de estupro.

Socialização

Como explica Saffioti (1987), o conceito de socialização é atrelado à educação que machos e fêmeas recebem ao nascerem, construindo sua identidade social a partir dela e tornando-se, assim, homens e mulheres. O movimento feminista considera importante compreender como a naturalização dos processos socioculturais colaboram para a discriminação contra as mulheres e constitui “o caminho mais fácil e curto para legitimar a ‘superioridade’ dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos”¹⁴. Simone de Beauvoir também fala do processo de construção social no seu livro *O Segundo Sexo*, no qual afirma:

NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p.9).

Entende-se, portanto, a utilização do patriarcado na socialização de mulheres em uma tentativa de inferiorizá-las. Saffioti diz que

quando se afirma que é natural que a mulher se ocupe do espaço doméstico, deixando livre para o homem o espaço público, está-se, rigorosamente, naturalizando um resultado da história. [...] Como falar em uma “natureza feminina” ou em uma “natureza masculina” se a sociedade condiciona inclusive o metabolismo das pessoas? (SAFFIOTI, 1987, p.11).

Em ambos os veículos há uma crítica à construção social imposta sobre a mulher e as duas notícias analisadas dialogam entre si. No caso do *Nós, Mulheres*, a maior crítica se encontra na matéria “Menino pode, menina não”, presente na quinta edição do jornal, na qual destrincha como, desde a gravidez, os pais são levados a preferir que nasça um garoto e, ao longo da criação da criança, meninos e meninas são criados para atender aos padrões sociais respectivos a seu sexo (a menina seria passiva, materna, reprimida sexualmente, enquanto o menino é briguento, sociável, “garanhão”). A ilustração do texto apresenta esses estereótipos ao mostrar uma menina brincando de boneca e vestida de noiva e um menino vestido de lutador de boxe e com uma bola.

¹⁴ Saffioti, 1987, p.11.

O jornal também ajuda a entender o conceito de equidade, desmistificando o boato de que o feminismo lutaria por uma superioridade da mulher em detrimento ao homem — “Não se trata evidentemente de inverter os papéis, mas de parar de educar os meninos para que dominem e as meninas para que aceitem e gostem de ser dominadas”¹⁵.

Como a socialização ainda é algo presente na sociedade, a *AzMina* também aborda o tema em sua matéria “A revolução vai acontecer na pia”, dentro da editoria *Fôlego*. A revista declara, com base em um relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), a não-divisão dos trabalhos domésticos como um dos maiores entraves para a equidade entre homens e mulheres.

Fala diretamente, também, da questão da imposição social (“apesar de muito machista por aí tentar convencer as mulheres de que essa não passa de uma divisão natural do trabalho, inspirada unicamente nas capacidades dos homens e das mulheres, a História prova que nada disso é verdade”¹⁶) e sobre “doutrinação que vem da infância”¹⁷ na distribuição desigual de tarefas domésticas.

Maternidade, métodos contraceptivos e sexualidade

O feminismo traz como pauta a maternidade compulsória, a opressão instaurada sobre mulheres por possuírem útero e terem que legitimar o “ser mulher”: ter filhos, ser mãe. A exploração da mulher quanto mãe é tido pelo feminismo como uma das mais antigas formas de controle da autonomia feminina, tendo como consequência a intervenção do Estado, da religião e de outras instituições e sujeitos nos corpos das mulheres (tais como a proibição do aborto ou a imposição de resguardos e regimes às grávidas). Atrelado a isso, há a construção da sexualidade: sexo, para mulheres, deve ser só relacionado à reprodução. Na década de 1970, o tabu envolvendo sexualidade e falta de desejo materno estava intrínseco na construção da sociedade.

O *Nós, Mulheres*, em sua abordagem, ainda trata de filhos e crianças (o tema “creche”, por exemplo, é sempre pautado pelo jornal), mas consegue fazer sua crítica, mesmo que tímida, à questão de filhos serem de responsabilidade apenas da mulher — crítica normalmente atrelada a da dupla jornada feminina como dona de casa. A escolha

¹⁵ Menino pode, menina não. *Nós, Mulheres*, São Paulo, edição 5, p. 04, jun./jul. 1977.

¹⁶ QUEIROZ, Nana. A revolução vai acontecer na pia!. *Revista AzMina*, 2016, Fôlego. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2015/11/a-revolucao-vai-acontecer-na-pia/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

¹⁷ Idem

individual de cada mulher em relação a ser mãe também é tratada pelo jornal: em uma matéria sobre o excesso de população no mundo, na seção “Ser ou não ser mãe”, a primeira edição do *Nós, Mulheres* critica a redução da mulher a “uma mera máquina que pode ou não fazer filhos [...]. Cabe a ELA resolver se, quando e quantos vão nascer de seu ventre”¹⁸. O texto também foca em métodos contraceptivos, “já que sexo e procriação não andam necessariamente juntos”¹⁹, dizendo ser fundamental que mulheres possam cumprir e controlar tais métodos como convêm a cada uma.

É importante perceber, contudo, que o reflexo da sociedade ainda cai sobre o jornal: pode-se perceber, na matéria da segunda edição “A rainha do lar não tem cetro nem coroa”, que na apresentação das personagens possui, ao lado do nome da entrevistada, sua profissão e a quantidade de filhos que ela possui (“A conversa se deu entre Maria, 28 anos, 2 filhos”²⁰). Tal informação é desnecessária, visto que a matéria não trata de maternidade e afins.

Quanto à sexualidade, o *Nós, Mulheres* aponta para os avanços da pílula anticoncepcional e, em sua matéria “Pílulas: quem pediu?”, da oitava edição do jornal, chega a questionar a conexão entre sexo e reprodução imposta às mulheres. No contexto da sociedade dos anos 1970, a pílula anticoncepcional trazia “a possibilidade de separar de modo eficaz a sexualidade da reprodução. Trouxe, em seu bojo, uma outra forma de pensar o corpo feminino. Passou a depender da vontade das mulheres ter ou não filhos”²¹.

É importante notar, contudo, que, por trás do avanço da pílula contraceptiva, havia uma mentalidade preconceituosa que pensava na “ameaça populacional”²² com o crescimento de nascimentos em todo o planeta. Segundo Duarte, a pílula era tida como uma solução, “uma forma de reduzir o nascimento de pobres e não-brancos”²³. O *Nós, Mulheres* entende essa problematização e a critica em sua matéria “Ser ou não ser mãe”:

Controlando-nos como se fossemos máquinas reguláveis e sem vontade própria. A opção, achamos, deve caber a nós, mulheres. A sociedade, por outro lado, cabe fornecer os meios necessários para que possamos ter esses filhos em condições adequadas, e também para que possamos optar por não tê-los, se assim preferimos.²⁴

¹⁸ Controle de natalidade: ser ou não ser mãe. *Nós, Mulheres*, São Paulo, edição 1, p. 16, jun. 1976.

¹⁹ Controle de natalidade: ser ou não ser mãe. *Nós, Mulheres*, São Paulo, edição 1, p. 16, jun. 1976.

²⁰ A rainha do lar não tem cetro nem coroa. *Nós, Mulheres*, São Paulo, edição 2, p. 07, set./out. 1976.

²¹ Duarte, 2005, p.13.

²² Idem

²³ Idem

²⁴ Controle de natalidade: ser ou não ser mãe. *Nós, Mulheres*, São Paulo, edição 1, p. 16, jun. 1976.

O tema da menstruação também é citado pelo jornal, em uma matéria de nome “Vamos falar nela?”, da quinta edição. Em sua abordagem, o periódico explica a demonização do tema e afirma que ela contribui para a inferiorização da mulher perante o homem. A importância do destaque a esse tema vem da falta de visibilidade que ele possui, tendo em vista que meninas são educadas a esconder sua menstruação e ter vergonha de estarem menstruadas. Até os dias atuais, o tema ainda é alvo de tabu.

A revista *AzMina*, por estar inserida no contexto do século XXI, em que a pauta da maternidade e sexualidade das mulheres já foi muito trabalhada, fala da libertação sexual feminina e da maternidade não-compulsória com mais liberdade, tendo um editorial todo dedicado ao tema, *Mãezinha uma vírgula*, no qual afirma “falar de uma maternidade mais livre de amarras”²⁵.

Na questão da sexualidade, possui outro editorial próprio, o *Molhadinha*, em que aborda assuntos sexuais sem preconceito, falando de sexo para além do heterossexual normativo (“aqui queremos criar um espaço seguro para quebrar tabus e traumas e conhecer melhor o nosso corpo”²⁶).

Por parte da sessão *Mãezinha vírgula*, a matéria de maior compartilhamento diz respeito à construção do machismo na criação das crianças. O texto traz uma pequena introdução de como o machismo é enraizado na criação dos filhos e cinco dicas de como combater os estereótipos sexistas desde a infância (as dicas envolvem brincadeiras sem gênero, conversa sobre o respeito ao corpo do outro, a importância de não sexualizar crianças e da divisão igualitária das tarefas domésticas). Essa matéria se assemelha às problemáticas discutidas anteriormente no subtópico **Socialização**.

Política

Matérias atreladas ao contexto político pelo qual o País passa são sempre importantes para contextualizar e informar o público, principalmente quando se é necessário fazer uma problematização da política que a mídia *mainstream* não fará. Esse é o papel da abordagem política que os dois veículos analisados possuem: trazer para as leitoras outro viés do contexto vivido, através do olhar feminista.

²⁵ Mãezinha uma vírgula. **Revista AzMina**, 2016. Disponível em: <<http://azmina.com.br/secao/maezinha-vingula/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

²⁶ Molhadinha. **Revista AzMina**, 2016. Disponível em: <<http://azmina.com.br/secao/molhadinha/>>. Acesso em: 20 out. 2016.

O *Nós, Mulheres*, contextualizado na época da ditadura militar brasileira, procura trazer textos sobre a realidade da época. Como exemplo, na oitava edição temos a matéria “Mamãe, me conta como é o Brasil”, que dá voz a mulheres refugiadas do País e puxa para uma notícia sobre o movimento pela Anistia, impulsionado pela criação do Movimento Feminino pela Anistia. Outra matéria, “E Deus com isso?”, procura explicar o impacto das mulheres no golpe de 1964 e como tais mulheres foram manipuladas a apoiá-lo, de forma semelhante ao que acontece atualmente com minorias que apoiam o presidenciável Jair Bolsonaro.

Quanto à *AzMina*, a abordagem política pode ser encontrada na matéria “Dez mulheres gabaritadas que Temer poderia ter nomeado como ministras”, destaque na categoria *Biscativismo*. O texto discursa sobre a escolha do presidente Michel Temer de não nomear mulheres ao formar seu ministério e procede elencando dez nomes femininos para as funções, anulando o argumento de que ministros são decididos por mérito e competência, e não que há um preconceito de gênero.

A revista também possui matérias que abordam a onda de conservadorismo que invadiu a sociedade e, conseqüentemente, a política, e também um guia político de eleições e a importância de se eleger mulheres.

Outro fator em comum com os dois veículos é a preocupação de espelhar o Brasil e o mundo. No *Nós, Mulheres*, é comum que pautas do estrangeiro sejam trazidas à tona para discussão entre algumas mulheres entrevistadas, como é o caso da matéria da sessão *Bate Papo* da segunda edição, que discute a possibilidade de salário para a mulher dona de casa. Outras matérias, presentes no editorial *Daqui&Dali*, expõem a situação de outros países perante a luta feminista e a equidade de gêneros.

Na *AzMina*, a questão internacional é abordada em duas seções: *Telefone sem fio*, com matérias como “Na África do Sul, as mulheres são prisioneiras do próprio corpo”, e *Mochilão d’AzMina*, com a matéria “Cinco lições do país mais igualitário do mundo”. As seções não foram selecionadas para análise por não serem uma das que continham mais destaque.

Recortes em pauta: minorias dentro da minoria

Em todas as críticas sociais, torna-se sempre imprescindível realizar um recorte étnico e social. No caso do feminismo, é preciso que se fale da realidade de todas as mulheres — negras, pobres, ricas, brancas, índias, gordas, etc. — para que haja sempre

uma representação sadia e plural. Apesar de ter começado como essencialmente branco e de classe média, o feminismo continua evoluindo para se tornar um espaço de união, de sororidade, um conceito feminista que, segundo Alborch (2002), estabelece um paralelo à fraternidade, a irmandade masculina e patriarcal. O feminismo tece a necessidade de se "irmanar" a outras mulheres, criando um desenvolvimento coletivo que prioriza o individual.

Tanto o *Nós, Mulheres* como a *AzMina* trazem espaço para a visibilidade de preconceitos que vão para além do gênero. Em sua quinta edição, o *Nós, Mulheres* aborda o tema do racismo principalmente através de um especial sobre o Brasil 89 anos depois da abolição da escravidão. Nele, conta com a opinião de cinco mulheres negras para falar sobre a dupla opressão de preconceitos e discriminações, que não só excluem mulheres negras de determinados espaços pelo fato de serem mulheres, mas também pelo fato de serem negras ("ser crioula é ter os problemas da mulher mais os da cor"²⁷). Nesse contexto, também se critica o papel da mulher branca no racismo contra as negras: "A mulher branca ainda vê a negra desse jeito. Quando querem uma doméstica sempre dizem:- «Ah! Queria tanto uma preta gorda para cuidar de meus filhos!»"²⁸.

Apesar dessa matéria e da edição a qual ela pertence darem destaque ao racismo, nas outras edições analisadas o jornal peca na falta de abordagem sobre o tema, mesmo que a ilustração da capa da primeira edição, com vários tipos de mulheres, incluía mulheres negras. A única outra vez em que a problemática racial é citada é na matéria "Essa nêga falou!", que fecha a primeira edição e traz o depoimento de uma professora sobre o preconceito racial no Brasil. Outras mulheres que também fazem parte da capa, mas não são citadas ao longo das edições, são as indígenas, gordas e outras mulheres que não se encaixam no "padrão estético" social.

Na revista *AzMina*, o recorte se dá para com outros preconceitos: a gordofobia e o preconceito a pessoas intersexo. O primeiro tema é tratado no desabafo de uma jovem sobre a gordofobia (preconceito contra pessoas obesas) que sofre por parte de mulheres magras, feito na matéria "De que maneiras você, mulher magra, já me oprimiu", na seção *Divã D'azMina*. "Você me oprimiu quando me tratou como sub-mulher — como se eu não tivesse as mesmas vivências diárias, sociais, psicológicas e sexuais que você

²⁷ 89 anos depois. *Nós, Mulheres*, São Paulo, edição 5, p. 12, jun./jul. 1977

²⁸ Idem

— porque eu sou gorda", confessa a autora do texto²⁹. A segunda matéria, "Não é só o gênero que é socialmente construído, o sexo biológico também", faz parte da editoria *Molhadinha* e traz uma entrevista com a bióloga Anne Fausto-Sterllin sobre sexo biológico e gênero.

É importante destacar que, mesmo com o conceito de sororidade rondando o movimento feminista, críticas a atitudes e preconceitos advindos de outras companheiras do sexo feminino são bem-vindas no movimento, tendo em vista que cada mulher sofre um conjunto de opressões diferentes, sendo comum a todas apenas a discriminação que sofrem perante ao seu gênero. Por causa da socialização recebida, é comum que mulheres reproduzam discursos preconceituosos e tanto o *Nós, Mulheres* como a *AzMina* apresentam tal fato. Denise Thompson explica que

é importante manter em mente o principal inimigo, isto é, a dominação masculina. Mas pelo fato de que a opressão é institucionalizada, e porque ela constitui o status quo e supostamente ao mundo, é sempre muito fácil cair em maneiras impensadas de comportar-se que reforçam padrões de dominação (THOMPSON, 2003, p. 01).

Análise de mídia

A análise da mídia por produtos midiáticos alternativos é importante para ajudar o público a entender qual o discurso que a grande mídia adota sobre certos tipos de tema. A mídia analisada pelo *Nós, Mulheres* é, basicamente, produtos culturais que a rondam: literatura, cinema e música. Em todas as análises dos produtos, o jornal procura problematizar a imagem da mulher que é reproduzida. O maior exemplo é que, ao analisar músicas carnavalescas, o jornal faz uma detalhada crítica a todos os tipos de melodias que trazem em seus versos exaltação do machismo e da violência contra a mulher, citando trechos das músicas e apontando o que há de errado ("Lugar de mulher é na cozinha, diz ainda a sociedade dos anos 30 através de seus músicos: «quero uma mulher/que saiba lavar e cozinhar/ que de manhã cedo/me acorde na hora de trabalhar»"³⁰).

Outra forma de análise midiática que o periódico traz é a recomendação de publicações que também não se encaixam no padrão hegemônico da mídia. São destaques revistas feministas estrangeiras (*Donne e Política* e *Effe*, da Itália, e

²⁹ Autor desconhecido. De que maneiras você, mulher magra, já me oprimiu. *Revista AzMina*, 2016, Divã D'azmina. Disponível em: <<http://azmina.com.br/2016/06/amiga-amos-falar-de-gordofobia/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

³⁰ Saudade da Amélia?. *Nós, Mulheres*, São Paulo, edição 2, p. 12, set./out. 1976.

Vindicacion Feminista, da Espanha), um novo jornal que dá voz aos homossexuais (de nome *Lampião*) e um jornal escrito por negros (o *Jornegro*).

Das matérias analisadas referentes à revista *AzMina*, a crítica da mídia fica por conta de "O que mulheres de outras culturas achariam da Globeleza?", matéria que contém um vídeo que reflete o descontentamento das mulheres quanto à objetificação da mulher pela Rede Globo em época de Carnaval. O vídeo traz mulheres americanas discursando sobre o sexismo em ser uma mulher nua e a erotização da mulher negra, marca cultural trazida dos tempos coloniais.

Considerações finais

Como conclusão da pesquisa, nota-se a importância de um veículo que contraponha a grande mídia e dê espaço de fala aos grupos sociais que são oprimidos por parte da sociedade. Afinal, segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros³¹, a responsabilidade jornalística recai sobre a promoção da cidadania. Destrinchada, a cidadania leva diretamente às mulheres, suas lutas e seus direitos, como se observa pelos princípios contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos³², na qual mostra-se como dever do jornalista “defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, adolescentes, mulheres, idosos, negros e minorias”.

Ademais, em análise comparativa entre o jornalismo feminista da década de 1970 e o atual, percebeu-se que as pautas não mudaram, apesar de algumas conquistas terem sido alcançadas no âmbito político-social. Assuntos antigos, como a dupla jornada de trabalhadora e dona de casa, a maternidade compulsória, a má representação midiática e a desigualdade salarial, ainda são pautas do movimento feminista atual.

A principal mudança que se percebeu é na inclusão de outras opressões ao discurso de luta: *AzMina* fala sobre recorte social, racial, estético e afins, enquanto *Nós, Mulheres* apenas retrata a opressão de gênero sem suas ramificações — a opressão racial, por exemplo, só é pautada em sua edição relativa ao dia 13 de maio, Dia da Abolição da Escravatura no Brasil. Responde-se, portanto, não só a pergunta de *quando* e *por quem* as mulheres são representadas midiaticamente, mas também *como*.

³¹ FENAJ, 2007.

³² ONU, 1948.

Desse modo, fica clara a necessidade de não só existir um jornal feminista — que dê foco e visibilidade à luta pela emancipação dos valores patriarcais —, como de tais veículos estarem constantemente se reinventando, procurando incluir opressões e lutas de todos os tipos de mulheres, de modo representativo e acessível.

Bibliografia

ALBORCH, Carmen. **Mulheres contra Mulheres: Rivalidades e Cumplicidades**. Barcarena: Editorial Presença, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo sexo: A experiência vivida**. 2ª edição. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BOCCHINI, Maria Otília; RELMÃO, Sandra. **Participação da mulher na mídia**. In MELO, José Marques; GOBBI, Maria Cristina; SATHLER, Luciano (orgs.). **Mídia cidadã – utopia brasileira**. S. Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. **Carmem da Silva: o feminismo na imprensa brasileira**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2005. (Série História e Memória do Jornalismo).

FENAJ – Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Atualizado no Congresso Extraordinário dos Jornalistas, 2007, Vitória, Espírito Santo. Disponível em: <http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2016/08/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros-1.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

HERSCOVITZ, H. G. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: LAGO, C. e BENETTI, M. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MANO, M. K.. **De um jornalismo sexista para um jornalismo com perspectiva de gênero**. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/5881080/De_um_Jornalismo_sexista_a_um_Jornalismo_com_perspectiva_de_g%C3%AAnero>. Acesso em: 17 abr. 2016.

NÓS, MULHERES. São Paulo, 1976-1978.

ONU – Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, Paris, França. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

ONU Mulheres: Pequim+20. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/pequim20/>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

REVISTA AZMINA. 2015-. Disponível em: <<http://azmina.com.br/>>. Acesso em: out. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. **O poder do macho**. 11ª edição. São paulo: Moderna, 1987. (Coleção polêmica).

THOMPSON, Denise. **Uma discussão sobre o problema da Hostilidade Horizontal**. In: Lesbosfeministas independentes. **Coletânea sobre Sororidade Autocrítica ou sobre violência entre feministas**. Herética edições, 2013.